

ATA DA 024ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência registra a presença dos srs. vereadores Piratuba Junior, Antônio Rosa e Ricardo Damásio, do município de Campos Novos. Sejam bem-vindos a esta Casa, v.exas. que estão aqui participando de um curso de formação.

Desejo, da mesma forma, às boas-vindas aos educadores e educadoras da Fundação Catarinense de Educação Especial.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, na verdade, gostaria de reforçar o que v.exa. falou e cumprimentar os educadores da Fundação Catarinense de Educação Especial que estão aqui presentes e que trouxeram suas reivindicações legítimas, suas pendências em termos de negociação salarial, e esperamos que haja algum encaminhamento positivo por parte do governo.

Na condição de líder da bancada do PT, quero me colocar à disposição para ajudar nessa negociação. Quero saudar também as demais autoridades que estão aqui presentes, vereadores que estão para participar do evento que acontecerá amanhã, especialmente o nosso companheiro Antônio e demais vereadores de Campos Novos que estão aqui presentes.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro do deputado Neodi Saretta, passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, a deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente e srs. deputados, boa-tarde a todos aqui presentes.

Sr. presidente, quero iniciar meu pronunciamento retificando que não são apenas os educadores e educadoras da fundação que estão aqui presentes, mas todo o quadro civil. Há profissionais de outras áreas que estão nesta Casa também tratando da mesma temática que me traz à tribuna neste momento.

Nós temos várias categorias que estão em mobilização no estado de Santa Catarina e muitas delas, inclusive, fazem uma ampla campanha para fazer de conta que nada está acontecendo. Nós temos visto com outras categorias isso também, e hoje trago à tribuna a questão que envolve os trabalhadores e as trabalhadoras da Fundação

Catarinense de Educação Especial, que já estão, desde agosto de 2013, em estado de greve.

Portanto, é necessário dizer, primeiramente, que essa categoria, desde 2006, vem travando uma longa discussão em torno de plano de cargos e salários, e agora, desde agosto de 2013, estão em estado de greve buscando que o governo abra negociação e que esta Casa, que está à disposição de todos aqui, tenho certeza, poderá intermediar a discussão.

Essa entidade, que é o órgão coordenador e executor da política de educação especial do estado, em 2.011, realizou 5,5 mil avaliações, mais de dois mil atendimentos diretos e indiretos e prestou consultoria a escolas da rede regular de ensino e instituições de educação especial, contemplando perto de 3,5 mil alunos e mais de 16 mil educandos, incluindo as mais de 190 Apaes de Santa Catarina.

E aí, sr. presidente, gostaria de trazer para esta tribuna as principais reivindicações desta categoria. A implantação do novo plano de cargos, carreira e de vencimentos, que atenda às especificidades da Fundação Catarinense de Educação Especial.

Repito aqui que desde 2006 essa categoria vem travando uma batalha em torno de um plano de carreira e vencimento, de uma antecipação do cronograma de pagamento da gratificação de produtividade para o ano de 2014, em cota única, alcançando 100% da Gratificação para a Atividade Fazendária, conhecida como Gratificação de Produtividade.

Também a garantia da isonomia das gratificações, estendendo a todos os servidores a recém-criada Gratificação Pró-eficiência. Curiosamente, sr. presidente, eles pedem o cumprimento do art. 1º da Lei n. 15.695, a Lei da Data-Base, que foi criada em 2.011 pelo atual governador, garantindo reajuste anual dos vencimentos pela inflação.

O curioso é que está se pedindo o cumprimento da lei que este governo fez e que não vem cumprindo. A reposição aos vencimentos das perdas

salariais de 2006 a 2011, de acordo com a inflação do período; O reajuste do valor de diárias e do vale alimentação em 100%; a negociação dos dias parados, mas principalmente, sr. presidente, e esta é uma demanda que eu gostaria de ilustrar com mais força aqui, a questão relaciona às condições de trabalho, que hoje se enfrenta na Fundação Catarinense de Educação Especial, que presta um inestimável serviço ao povo catarinense, em particular às pessoas com deficiência e suas famílias, e às entidades que precisam se socorrer do conhecimento técnico.

Eu queria solicitar à assessoria da Casa que disponibilize as fotos para observarmos uma a uma.

(Procede-se à exibição de fotos.)

Esses são os brinquedos da sala de estimulação para atendimento das crianças.

Vejam a infiltração, o mofo, sr. presidente, na sala de atendimento de terapia ocupacional no centro de reabilitação e o alagamento.

Também observamos a precariedade das calçadas. Ora, estamos tratando de pessoas com deficiência. Vejam as condições em que esses profissionais estão atendendo! O vazamento do ginásio durante as atividades esportivas, o forro do refeitório.

Eu vou pedir para nossa assessoria mostrar as fotos pausadamente, senão será impossível alcançar o propósito deste pronunciamento, que é mostrar as condições de trabalho daqueles profissionais e o atendimento às pessoas com deficiência.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Sr. presidente, conto com a sua generosidade para que seja deduzido do meu tempo esse contratempo técnico.

Testamos tudo antes, estava tudo certo e agora não estamos conseguindo ver este material que pretendemos disponibilizar, inclusive no *facebook*, na *internet*, para que as pessoas conheçam em que condições também esses profissionais estão trabalhando. A Fundação Catarinense de Educação Especial é responsável por elaborar e executar a política estadual de atendimento às pessoas com deficiência.

Sr. presidente, peço a v.exa. que possa interromper a minha fala até que se resolva tecnicamente esse problema, porque prejudica sobremaneira a disposição nossa de apresentar o tema.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Para não prejudicar a fala da deputada Angela Albino, podemos interromper a apresentação até o problema técnico ser resolvido.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBLINO - Agradeço-lhe, sr. presidente, e se v.exa. quiser chamar o orador seguinte, certamente em dez minutos conseguiremos consertar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Perfeito. Enquanto a assessoria disponibiliza as imagens, passamos a palavra para o orador seguinte e depois a deputada Angela Albino retomará o seu pronunciamento.

Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar os nobres colegas.

Ontem, deputado Padre Pedro Baldissera, a imprensa por inúmeras vezes nos ligou e concedemos várias entrevistas e manifestações em relação ao Ministério Público de Santa Catarina sobre o conjunto das assinaturas obtidas para aqui instalarmos a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, hoje resolvi falar, deputado Sargento Amauri Soares, sobre o Ministério Público dizendo que dias atrás saiu no *Visor*, na coluna do jornalista Rafael Martini, uma matéria sobre um contrato de telefone sem fio do Ministério Público, no valor de R\$ 6 milhões.

(Passa a ler.)

"A contratação de uma operadora por R\$ 6 milhões, com dispensa de licitação, está gerando questionamentos interno no Ministério Público do Estado. O acordo foi firmado no final de 2012, mas a qualidade do serviço estaria aquém do que foi acordado."[sic]

Porém, não vou falar sobre esses R\$ 6 milhões, porque também, no final de 2012, o Ministério Público de Santa Catarina fez o Contrato n. 034/2012 com inexigibilidade de licitação, com a operadora OI, no valor de R\$ 41.251.201,00. Um contrato para ser executado até 2017.

Quem já foi prefeito sabe que você até pode fazer o contrato de inexigibilidade quando há um fornecedor único de equipamentos. Esse contrato aqui está baseado em três itens.

Primeiramente, a prestação de serviço de linha de comunicação e tecnologia Multi Protocol Label Switching (MPLS), permitindo o tráfego de dados. Isso é padrão da indústria de comunicação brasileira e internacional. Não é apenas a OI que presta esse tipo de serviço.

Em segundo lugar, sobre serviços de instalação de rede, a OI não é uma especialista nisso.

Em terceiro lugar, serviços de instalação de equipamentos, que serão locados, inclusive. E, no final de 2017, ao cancelar esses contratos, isso simplesmente será suspenso.

Quando observamos aqui a justificativa da Licitação n. 866/93 referente a isso, para quem não entende bem de tecnologia, está dito que a OI tem o pedreiro, o tijolo, o ferro, o cimento, a brita, e que mais ninguém tem, com a diferença de que o tijolo será alugado, ou seja, daqui a cinco anos terão que desmontar o reboco para tirar o tijolo. É mais ou menos isso. Vou dar apenas um exemplo. A OI não produz *hardware* e equipamentos como mostra o preço aqui colocado. O aluguel de 334 câmeras de IP irá custar quase R\$ 40 mil por mês. São quase R\$ 500 mil por ano em aluguel, que daria para comprar todas em um ano.

Ainda quanto a esse contrato de inexigibilidade, na lei há algumas questões específicas. Você tem que permitir a possibilidade de empresas nacionais serem prioritárias. Esse contrato de IP que a OI apresenta aqui, a Digitro de Santa Catarina também faz, bem como várias outras empresas. Quanto aos fornecedores de implantação de rede neste estado, em cada região há quem faça. Então, essa licitação teria que ter

sido feita em bloco, ou será que lá dentro não há quem racionalize recursos? Porque não há nada que justifique alugar 334 câmeras por R\$ 41 mil por mês, e com a diferença de que em cada lugar do estado o Ministério Público vai fornecer o espaço. A OI vai lá implantar e o Ministério Público vai ter que cuidar. Se der um incêndio ou alguma coisa, perde-se as informações.

Então, o contrato de R\$ 41 milhões, nessa forma, até se pode justificar porque talvez a OI tenha mais rede no estado, mas, para diminuir custos, segmento e permita que todos participem. Em segundo lugar, fazer a implantação de rede com aluguel mensal para cada item de rede, de telefonia IP, de vídeo vigilância, com tanta empresa de vídeo vigilância que existe neste estado!

Então, estou fazendo essa análise porque esse contrato não justifica o formato que foi feito e tem como reduzir esses custos, se tivesse distribuído esse processo em blocos separados, segmentados, pelo estado.

Então, o questionamento que fazemos aqui é sobre o modelo não de dispensa de licitação, mas de dizer que apenas tem um fornecedor para isso.

Deputado Padre Pedro Baldissera, se quero contratar o cantor Roberto Carlos, como só tem um no país, porque tem lá uma justificativa, não tem como colocar o cover nessa justificativa.

Agora, no cenário que está aqui, o formato que tem esse contrato, nesse valor, com locação mensal para cada item, apenas posso dizer que quem executou isso é de uma irresponsabilidade do ponto de vista de analisar financeiramente o contrato.

Vá fazer um prefetinho um contratozinho de um videovigilância nesse formato para ver o que acontece, vereador Helcio, de Laurentino, que está aqui. E aqui estão dizendo que faltam verbas para uma série de coisas, como para a Fundação Catarinense de Educação Especial, mas estão com R\$ 42 milhões num contrato. Sobraria dinheiro para a Saúde, que é o que defendemos, com a redução dos recursos do duodécimo.

Então, vamos dizer que cabe uma CPI sobre isso também. Será? Logicamente. E como vou a Brasília, amanhã, também vou levar esse contrato ao Conselho Nacional do Ministério Público. Por que, deputado Serafim Venzon? Porque se eles podem, os prefeitos podem, os governadores podem, a Assembleia pode. Agora não há nada que justifique alugar câmara de vídeo fora quando aqui a Intelbras, em Florianópolis, presta esse serviço.

O que vamos ter, deputado Darci de Matos, é a OI "quarteirizando" os serviços. Não é nem terceirizando os serviços, é "quarteirizando". Este contrato poderia ter seu custo muito reduzido, primeiramente, porque é extremamente questionável e, em segundo lugar; porque os valores de aluguéis dos materiais que estão aqui, da implantação dos equipamentos, cá entre nós, estão fora de mercado. Além do mais, temos inúmeras opções de qualidades iguais que podem ser substituídas.

Por isso, o meu pronunciamento sobre esse contrato, deputado Darci de Matos, que não teve licitação no Ministério Público é mais um, no valor mais de R\$ 41 milhões, nessa lógica incorreta diante da legislação brasileira e principalmente, não priorizando empresa nacional, não priorizando equipamento nacional.

Vou fazer um pedido de informação para compreender melhor, porque entendo um pouco de TI, não é muito, mas entendo, talvez até seja um dos que mais entendam sobre esse assunto aqui.

Portanto, está aqui mais um contrato que ultrapassa os milhões, que não justifica tecnicamente nem a modelagem da inexigibilidade de licitação por parte do Ministério Público de Santa Catarina, que cá entre nós, está fazendo escola neste país. Nesse formato de contrato, a exemplo do terreno com prédio que não...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Quero anunciar e agradecer a presença aqui, na Casa, do professor Elói Mariano Rocha, do Colégio Estadual Olívia Bastos, de Tijucas. É um professor, um diretor que tem-se comportado como o verdadeiro dono daquela escola, lutando dia e noite para vê-la melhor, atendendo às necessidades da sua comunidade. Certamente, existem como ele centenas de professores nas mais de mil escolas estaduais que temos e, graças a pessoas como ele a nossa educação, apesar de outras dificuldades, vai tão bem.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

A próxima oradora inscrita é a deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigada, sr. presidente.

Peço desculpas aos trabalhadores e trabalhadoras da Fundação Catarinense de Educação Especial, mas a assessoria da Casa já conseguiu resolver o problema e gostaria de repor em parte a nossa fala, dando conta de que essa categoria que vem discutindo seu plano de cargos e salários desde o ano de 2006, obviamente estão em luta há mais tempo.

A deflagração do estado de greve foi em agosto de 2013, ou seja, há quase um ano essa categoria está tentando abrir diálogo com o governo do estado para pautar suas reivindicações, mas como até agora não conseguiram ser ouvidos, na assembleia do dia 6 de março, deflagraram uma greve-geral a partir do dia dez de março.

E muito me inquieta como sindicalista que sou, e sei que para todo trabalhador e trabalhadora é um momento muito difícil fazer greve, mas esses trabalhadores e trabalhadoras, além disso, lidam com pessoas que têm necessidades que não podem ser postergadas. E ao conversar com vários de vocês,

entendo essa angústia, porque de um lado há as péssimas condições salariais de trabalho que necessitam de mais luta, pois desde agosto do ano passado estão em estado de greve, pedindo para abrir negociação e não sobrou outra saída senão a paralisação dos serviços.

Mas sei que a maioria de vocês conhece os seus pacientes, as pessoas que procuram os seus serviços pelo nome, sabem quem é a mãe, o pai, qual é a história, quais são as perspectivas e sei que isso bate na alma, em especial, dos que conversaram comigo sobre a urgência de abrirmos essa negociação.

E retomo aqui o que essa categoria pede: a implantação do novo plano de carreiras e vencimentos que atendam às especificidades da Fundação Catarinense de Educação Especial; a antecipação do cronograma de pagamento da gratificação de produtividade para agosto de 2014 em cota única, alcançando 100% da Gratificação por Atividade Fazendária, conhecida como Gratificação de Produtividade; a garantia da isonomia das gratificações, estendendo a todos os servidores a recém-criada Gratificação da Pró-eficiência; o cumprimento da Lei n. 15.695, a Lei da Data-Base, criada em 2011 por este governador também é motivo de greve, por estarem aqui pedindo o cumprimento da mesma, que, aliás, o governador criou com grande estardalhaço, vocês lembram à época, com cartinha ao conjunto de servidores públicos estaduais dizendo que agora teríamos uma política salarial séria através de uma lei por data-base, e hoje, estão aqui pedindo para que se cumpra a lei.

Também, pedem a reposição dos vencimentos das perdas salariais de 2006 a 2011, de acordo com a inflação do período; a negociação dos dias parados; a garantia de condições adequadas de acesso, permanência e atendimento aos usuários e as condições insalubres dos ambientes de trabalho; o reajuste do valor das diárias e do vale alimentação em 100%.

Eles trazem aqui para todos nós as notícias dos números que já coloquei dos atendimentos que prestam esses trabalhadores e trabalhadoras.

Solicito à assessoria que exiba as fotos que dão conta das condições de trabalho e, portanto, de atendimento ao público que é feito hoje na Fundação Catarinense de Educação Especial.

(Procede-se à exibição de fotos.)

Essa é uma vala que oferece risco de acidente a quem passa por perto. Imaginem que estamos falando de pessoas que têm uma gama diversificada de limitações físicas, inclusive de mobilidade, a mãe que precisa levar seu filho a algum lugar ou um adulto a dificuldade que tem.

Aqui são os brinquedos na sala de estimulação para as crianças com deficiência, com fezes de ratos.

A infiltração com mofo na sala de atendimento de terapia ocupacional no centro de reabilitação. Vejam a condição de trabalho na sala de atendimento.

Olhem o alagamento na sala de terapia ocupacional, que é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento do trabalho de quem atua na Fundação Catarinense de Educação, no centro de reabilitação

As calçadas do dentro da Fundação, também. São pessoas com restrição de mobilidade e um ambiente como esse seria um risco para qualquer pessoa, e ainda mais grave por ser na Fundação Catarinense de Educação Especial. Há precariedade nas calçadas e vazamento no ginásio durante as atividades esportivas.

Estudos recentes têm demonstrado a relevância das atividades esportivas para a superação de algumas limitações, mas mais do que isso para incentivar a interação nas pessoas que necessitam de educação especial.

A oficina com janelas e portas somente encaixadas. A sena é autoexplicativa. Portanto, desde coisas grandes até as pequenas no estado de abandono.

O bueiro está com a grade solta que favorece os acidentes; a rampa sem acessibilidade com histórico de queda relatado pelos profissionais que têm nos procurado; a estrutura física e a elétrica bastante comprometida. As fotografias

também mostram que existem fios pendurados. O forro está caindo e existe um saco plástico para tentar evitar que caia coisas na cabeça das pessoas. A calçada não tem acessibilidade em todo o campus; os banheiros estão sem conservação; as condições de atendimento das crianças com deficiência; o esgoto com mau cheiro e que serve de obstáculo a cadeirantes. É inacreditável que estejamos falando da Fundação Catarinense de Educação Especial! As janelas estão emperradas com vidros quebrados, representando riscos às pessoas com baixa visão.

O ginásio esportivo com inúmeras goteiras; os profissionais sem salas para atender; cadeiras de rodas nos corredores, enquanto os espaços são emprestados para uma creche municipal, porque a fundação cedeu parte dos seus espaços. Aí as pessoas que precisam de educação especial estão sendo atendidas nestas condições.

Nós trouxemos algumas fotos senhores, para situar e agradeço aos que colaboraram trazendo estas fotos, e temos material muito mais farto do que isso, que pretendemos condensar em vídeo um depoimento emocionante de uma mãe, de oito minutos, que pretendo usar na semana que vem. Temos uma comissão nesta Casa para Defesa do Direito da Pessoa com deficiência e a Assembleia Legislativa precisa intermediar essa discussão.

Os profissionais da Fundação Catarinense de Educação Especial estão mal remunerados, estão trabalhando em condições que não permitem o desenvolvimento do seu trabalho, também querem retornar logo ao trabalho, para isso precisamos apenas que o governador abra a agenda num escalão que possa ser capaz de dar resposta para esses trabalhadores. E isso que eles pedem. Não estão pedindo imediatamente solução para todos os seus problemas, porque todos nós sabemos que algumas coisas se desenrolam ao longo do tempo. Mas obviamente, que o governador abra a negociação e a pauta principal.

Portanto, peço a esta Casa, peço a base do governo, muito particular ao seu líder, e ao presidente da comissão de Defesa dos Direitos da

Pessoa com Deficiência, que possamos abrir a negociação para por fim rapidamente à greve dos servidores desta fundação, porque é isto que querem os pais, as pessoas que são atendidas e os profissionais que têm vindo todos os dias a esta Casa pedir a nossa ajuda.

Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Cumprimento o sr. presidente, as sras. deputadas, os srs. deputados, todos os servidores da Fundação Catarinense de Educação Especial. Gostaria de reiterar a manifestação feita pela deputada Angela Albino e dizer que assinamos embaixo do que v.exa. falou, podem também contar com o nosso apoio todos os servidores, quero cumprimentar todos que acompanham esta sessão.

(Passa a ler.)

"Hoje, o meu pronunciamento seria para tratar de uma reflexão sobre os 50 anos do golpe da ditadura militar, porém, um acontecimento na tarde de ontem, fez com que mudasse o meu discurso nesta tribuna.

Como presidente da comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, recebi uma ligação para intermediar um conflito entre a polícia de um lado e os estudantes do outro, dentro do Campus da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC -, em Florianópolis.

Como representante eleita, cumpri meu dever de buscar o diálogo entre as partes envolvidas neste conflito.

Ao chegar encontrei a tropa de choque da Polícia Militar e Polícia Federal prontas para iniciar uma ofensiva, que até então não sabíamos como terminaria. Pelos relatos, a polícia à paisana, abordou estudantes que seriam usuários de maconha, deu voz de prisão e ao conduzi-los para fora do campus iniciou-se o tumulto.

Quero esclarecer alguns pontos com relação a esse acontecimento. Antes de tudo, afirmo que sou contra o uso de qualquer tipo de droga, principalmente dentro das universidades, que são lugares exclusivamente para estudo e a difusão do conhecimento. Também afirmo que as ações da polícia com o objetivo de garantir a segurança da população, e a inibição e ao tráfico à violência são fundamentais, e devem ser cada vez mais inteligentes e organizadas.

Porém, quero ressaltar que os estudantes em nenhum momento se opuseram, resistiram em ir até a delegacia para serem autuados e, portanto, para responderem pelos seus atos.

O meu papel como deputada e presidente da comissão de Direitos Humanos era intermediar para que não existisse uma guerra civil entre policiais e estudantes, pois a minha maior preocupação é a violência.

Assim como eu, professores, o vereador Lino, representantes da reitoria, tentamos de todas as formas dialogar, principalmente, com o delegado da Polícia Federal para evitar o confronto direto. Não tivemos sucesso! Infelizmente, alguns policiais que conduziam a ação não foram sensíveis ao diálogo e à condição de evitar a violência.

Quero repetir, para que não fique nenhuma dúvida: os estudantes não se opuseram a ir até a Polícia Federal. Desta forma entendo que a ação de alguns policiais foi excessiva e inadequada, pois acredito que se tratava de conduzir os estudantes que foram abordados até a delegacia para os procedimentos conforme a legislação.

Minha intenção era de que a polícia não colocasse em risco centenas de estudantes e crianças que ali estavam, pois não sei se todos sabem, era um local próximo à creche de UFSC. Imagens na televisão mostram mães correndo com bebês no colo. Os gases de efeito moral atingiram crianças que entraram em pânico. Algumas mães corriam com os filhos no colo em função do gás lacrimogênio e do *spray* de pimenta. Eu inaugurei ontem o *spray* de pimenta e o gás lacrimogênio, como deputada, para ir lá intermediar um conflito.

Esse era meu maior medo. Também tenho uma filha que estuda na Universidade Federal e me preocupo com o que pode ocorrer com ela, assim como com os demais alunos. Como mãe ficaria inconformada se minha filha fosse usuária de maconha, mas também não ficaria menos preocupada se ela estivesse num ambiente correndo um risco de sofrer um embate com a polícia.

Houve propostas de o estudante assinar o termo circunstanciado dentro do campus, mas a Polícia Federal rejeitou. Nos dispusemos a acompanhar o estudante à delegacia, conforme pediram os alunos, mas as tentativas de negociação foram frustradas. Ligamos inúmeras vezes a Brasília, pedindo interferência do Ministério da Justiça. Reafirmo mais uma vez que em momento algum nos opusemos ao combate do crime pela polícia. Pedíamos, sim, que não houvesse confronto direto, pois poderia inclusive haver morte na universidade ou centenas de pessoas feridas.

Quero refletir aqui também sobre as drogas. Se esse problema existe na Universidade Federal e há anos dentro dessa instituição, por que essa intervenção violenta e não um processo gradual de prevenção e repressão? Será que hoje não existem mais usuários lá e amanhã não haverá mais? Qual vai ser o papel a partir de agora da Polícia Federal?

Em nota oficial, a reitora da UFSC se posicionou contra a ação e a considerou violenta e desnecessária, ferindo profundamente a autonomia universitária, os direitos humanos e qualquer protocolo que regule as relações entre as instituições neste país.

Minha luta contra as drogas iniciou ainda quando era secretária da Educação na cidade de Chapecó, quando criamos o primeiro programa de prevenção e combate às drogas.

Como vereadora coordenei a Frente Ampla de Combate e Repressão às Drogas no município.

Na Assembleia, já me posicionei inúmeras vezes sobre esse assunto, e mais recentemente criei um projeto propondo a criação de mais estruturas da Polícia Militar na região oeste de Santa Catarina.

Ou seja, sempre defendi o combate ao crime, mas serei sempre contrária a toda as situações em que a violência ocorre, sabendo que é possível evitá-la, pois violência gera mais violência."

Eu vou pedir para passar agora um vídeo de um relato de um repórter da RBS, do *Diário Catarinense*, que mostra o clima de tensão naquele momento que nós chegamos.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Sr. presidente, quero deixar a imagem do professor Paulo Pinheiro, diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, que buscou, de todas as formas e possibilidades, uma negociação pacífica.

Tenho certeza de que essa violência contra o diretor do centro poderia ter sido evitada.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Obrigado, deputada, pelo aparte.

Talvez não consiga falar tudo que quero falar, inclusive porque terei que ir a um sepultamento de um policial militar que foi assassinado esta noite, em outra circunstância, aqui na cidade também, pois estou inscrito somente para depois do expediente. Mas quero dizer que a ação poderia ter sido evitada se tivesse havido bom senso do delegado da Polícia Federal.

Infelizmente, acaba sempre sobrando para nós ou para os nossos companheiros policiais militares que neste caso foram chamados pelo policial federal para defendê-lo de uma ação que poderia ter sido evitada. Porque o uso de drogas na Universidade Federal existe, provavelmente, desde que existe a universidade. E na tarde de ontem a Polícia Federal foi lá para dar batida em maconheiro com caminhões, navios e aviões cheios de drogas entrando neste estado todos os dias!

Então, pode haver mais interesses nessa ação do que estamos percebendo por enquanto.

Muito obrigado, deputada.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Obrigada, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados.

Eu não estava inscrito para utilizar a tribuna, mas quero aproveitar esses minutos que temos aqui, do partido, para voltar novamente, deputado Silvio Dreveck, à questão da BR-280, que dá acesso ao porto de São Francisco do Sul, e também a uma das mais pujantes cidades industriais do estado de Santa Catarina, que é a cidade de Jaraguá do Sul.

Em 13 de dezembro passado, portanto, há 114 dias, foi assinado em Brasília, pela presidente Dilma, a ordem de serviço que autorizava a duplicação da BR-280, nos lotes 21 e 22, no norte do estado. Mas qualquer um de nós que passar por aquele trecho, e o deputado Chiodini, que é da Casa e que vai para Jaraguá quase que diariamente também pode ver que não tem nada, exatamente nada que lembre alguma coisa chamada duplicação naquele trecho.

As empresas vencedoras da licitação, a Sul Catarinense e também a Cetenco Engenharia, afirmam que realizam os serviços de pré-obras, que incluem os condicionantes do Ibama e também a concessão da LAI - Licença Ambiental de Instalação, só para os senhores terem uma ideia.

O engenheiro da Sul Catarinense afirmou que a empresa já esperava ter iniciado a duplicação, mas estão aguardando a autorização do Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -, estão esperando também o parecer da Funai para dar prosseguimento à obra. Disse ele,

com expectativa de que essas autorizações sejam liberadas esta semana.

A contar da data de assinatura da ordem de serviço, as empresas têm 1.080 dias para concluir a duplicação, cerca de dois anos e dez meses. No lote 1, que é o trecho entre São Francisco do Sul e a BR-101, as obras ainda devem levar mais tempo para iniciar.

Existe um embate judicial que suspendeu o resultado da licitação que havia sido homologada para o consórcio BTE como vencedor. Com isso, o DNIT cancelou o edital anterior e elabora outro.

A Ministra Ideli Salvatti afirmou que o edital seria publicado logo após o Carnaval.

As festas já se acabaram, lá se vão três semanas, mas até agora nós não temos nenhum sinal de que esse edital vá ser assinado nos próximos dias.

A Sul Catarinense calcula a contratação de 80 funcionários para a primeira fase da obra, e disse que lá pela metade da obra pode chegar até 300 funcionários.

Nós temos um novo superintendente em Santa Catarina, o sr. Vissilar Preto, do Paraná, que vai suceder o superintendente João José dos Santos, que todos conhecemos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA (Intervindo) - O Vissilar Preto é de Jaborá, Santa Catarina, filho do ex-prefeito Vilar Preto.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Isso mesmo, deputado, desculpe, eu confundi. Está aqui entre parênteses a sigla PR, e eu interpretei que fosse Paraná, mas é a sigla do partido dele, é indicação do deputado federal Jorginho Mello. Agora as coisas entraram nos seus devidos lugares.

Mas a verdade é que está tudo parado, nós temos que ter um sinal da Funai, que precisa dizer se tem índio no meio daquele mato, ela precisa dizer se aquilo vai ser demarcado ou não.

Estamos aguardando também autorizações do Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - e do Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente -, que precisa saber quais as espécies de passarinho que existem lá, e

de posse desses dados, terá que fazer o registro das espécies como rolinha, pica-pau, nambu, etc.,

Então, há todo esse procedimento para dar autorização para a empreiteira roçar o mato e, a partir daí, fazer a instalação do canteiro de obra para começar a roncar as máquinas.

Assim, já fiz um pedido de informação ao DNIT que, inclusive, já mudou de superintendente. Quem sabe agora com a indicação do deputado federal Jorginho Mello, que é amigo nosso, consigo a resposta no papel sobre a posição do DNIT em relação à duplicação da BR-280.

Quero parabenizar a deputada Ana Paula Lima e o esposo dela, deputado federal Décio Lima, que estão tendo muito mais força, uma vez que a iniciativa para a duplicação da BR-470 está bem adiantada e esqueceram a BR-280. Se bem que os senhores vão ter muito trabalho lá porque há um encanamento de gás que vem da Bolívia e vai ser uma mão-de-obra do inferno para resolver tudo aquilo, mas os trabalhos já estão adiantados. É o que esperamos também para a BR-280, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, uso a tribuna para dizer que acabei indo à Polícia Federal em função desses jovens que foram apreendidos na UFSC, mas que recebi agora uma mãe que me comoveu mais do que essa situação da universidade, que também pretendo reservar uns minutos para tratar disso.

E aí, novamente, vamos ter que nos socorrer dos colegas que têm boas relações no governo. Essa senhora mora em Garopaba, possui duas filhas com síndrome de *Down* e as consultas são realizadas em Garopaba, mas agora houve uma mudança de procedimento e as pessoas do estado inteiro têm

que vir a Florianópolis marcar a consulta, voltar a seu município e depois vir fazer a consulta novamente.

Ela ainda com coração generoso disse-me: "Tenho condições, estou de carro e venho com as meninas." Mas fico imaginando aquela mãe em locais extremos do nosso estado, empobrecida, que precisa vir a Florianópolis para marcar a consulta e depois uma nova vinda para fazer a consulta.

Então, vamos apresentar um documento pedindo auxílio. Quero crer que há algum erro de procedimento, que a secretaria de estado da Saúde não avaliou bem essa situação, porque seria desumano as pessoas terem que vir aqui com seus filhos com deficiência para poder ter acesso às reconsultas.

Mas gostaria de usar os três minutos restantes, sr. presidente, para mencionar o episódio que envolveu ontem a Universidade Federal de Santa Catarina, e tenho a convicção de que tal qual como ocorre quando cai um avião, em que apenas quando múltiplos fatores dão errados, é que as coisas acontecem, e tenho a impressão de que o que aconteceu ontem na UFSC foi isso.

Alguns *blogs* estão batendo na reitora como se ela tivesse ido contra a ação policial. Ela não foi contra a ação judicial, ela construiu junto como o delegado essa ação judicial, assim o delegado afirmou para nós. Obviamente, que ficou surpresa, aí, então, o primeiro problema.

O segundo problema é como se deu a ação, porque nenhum de nós escaparia da realidade de supor que uma ação de qualquer profissional de um jeito ou de outro não muda a história. Fotos estão mostrando isso com facilidade. Ontem estive na Polícia Federal e hoje ouvi a declaração do superintendente e fiquei chocada com os termos dele. Comecei gostando do que ele falou e depois disse: "A universidade é um antro de crimes e uma república de maconheiros".

Senhores deputados, tenho dois filhos na Universidade Federal de Santa Catarina. Revezamo-nos aqui nos microfones para homenagear a UFSC e não podemos admitir que ele chame a nossa

universidade de antro de crimes e república de maconheiros. O que ele pensa?

Eu vou pedir que ele confirme que realmente disse isso para o jornalista, porque exijo como cidadã, mãe de dois filhos na universidade, que paga imposto para sustentar aquela universidade, que ele se retrate. Se ele quiser dizer que a universidade virou um território livre de lei quanto ao uso de drogas, concordo. Acho que aí está o terceiro erro, porque o meu neto estuda no Flor do Campus, que fica ali dentro, passamos pelo bosque para buscá-lo, e de fato na UFSC aboliu-se a lei que proíbe o uso de drogas. É uma coisa ensandecida. No começo fumavam no cantinho do bosque e agora ficam ao lado do bar, ao lado das pessoas que estão lanchando.

Acredito que foi inábil a reitora pela forma como tratou o assunto, foi truculenta a ação policial e provocativa naquele campus. Agora, nós temos que debater o uso de drogas dentro da Universidade Federal de Santa Catarina.

Não acho, como oriunda do movimento social, que ocupar a reitoria da UFSC para fumar maconha dentro do *hall* da reitoria contribua para evitarmos que aquela truculência aconteça.

Sei que alguns vão extrair um pedaço do que disse agora a seu bel prazer, mas tenho convicção de que precisamos combater o uso de drogas dentro da UFSC, mas não podemos permitir o uso abusivo da força policial como vimos ontem na UFSC, inclusive pessoas ficaram machucadas, veículos foram virados, enfim, foi um campo de guerra que o diálogo poderia ter evitado.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Como já disse antes, gostaria muito de abordar esse assunto da universidade, mas preciso sair. Então, o farei na sessão de amanhã. E quero noticiar aqui

o falecimento por assassinato do cabo Jorge Luiz de Andrade, nosso amigo J. Luiz, do 4º Batalhão, que, numa situação de conflito pessoal, em horário de folga, foi assassinado na noite de ontem. Está sendo velado no cemitério do Itacorubi, onde será sepultado, hoje, às 17h30, para onde me dirijo neste momento.

Quero manifestar minha solidariedade à família, inclusive à ex-esposa, sargento Maristela, com quem tem filhos. Era companheiro aprasqueano e participava das lutas da nossa associação. Faço uma homenagem a esse companheiro, policial militar, assinado na noite de ontem.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Quero aproveitar para cumprimentar o prefeito de Xaxim, Idacir Orso, e também a sua assessora de comunicação, Patrícia. Desejo-lhes uma boa estada nesta Casa, uma vez que o município de Xaxim é um dos grandes municípios do oeste de Santa Catarina em desenvolvimento, um orgulho para nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Da mesma forma, deputado Moacir Sopelsa, quero desejar boas-vindas neste Parlamento aos nossos visitantes.

Esta Presidência registra a presença, nesta Casa, dos vereadores de Barra Bonita, Sanir Bedin, André Pavanatto, Joacir Raldi e Neir Mittmann. Sejam bem-vindos!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, quero apenas registrar a presença do nosso sempre deputado Udo Wagner, da cidade de Jaraguá do Sul, que nos prestigia na tarde de hoje.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Quero registrar a presença do prefeito de Barra Velha, Matias, e também do secretário de Turismo do município de Ilhota. Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu vou fazer uso apenas de uma parte do tempo do meu partido, já que o nosso líder, Deputado Darci de Matos, vai também usar o tempo.

Eu gostaria de, deputados Darci de Matos, Sandro Silva, Nilson Gonçalves, nós que somos deputados da cidade de Joinville, com muito pesar, anunciar o falecimento do Daniel, o alfaiate da multidão.

O sr. Daniel durante muitos anos foi o alfaiate da multidão. E havia até o slogan: Adão não se vestia, porque Daniel não existia. E o nosso Daniel da Silveira, alfaiate da multidão, morreu aos 83 anos. Era casado com Edésia Torres da Silveira. Foram 60 anos de casamento, com cinco filhos, sete netos, sete bisnetos. Por 44 anos ele foi obreiro e presbítero da igreja Presbiteriana Independente e exerceu, deputada Ana Paula Lima, por 69 anos, a profissão de alfaiate. Também foi um dos fundadores dos Gideões Internacionais em Santa Catarina.

Portanto, sei que os deputados também incorporam essa nota tão triste em que lamentamos o falecimento do nosso amigo Daniel, alfaiate da multidão.

À sua família os nossos sinceros votos de condolências.

Tenho o hábito de me comunicar. Muitas vezes, as pessoas passam por mim e até brincam, porque

sempre estou *linkado* com telefone na mão ou *tablet*, e costumo responder a todos os *e-mails* que me mandam. Em alguns momentos, através do *twitter*, do *facebook*, de alguma rede social ou de um *e-mail*, surgem ideias de legislação, surgem ideias de lei. E acho que esse é o nosso papel, pegar o que vem da comunidade e relatar aqui. Por exemplo, uma lei que aprovamos aqui, que regulamenta o uso de raio *laser* em seres humanos, esse bronzeamento artificial que existe hoje, pois bem, fez Santa Catarina ser o primeiro estado a ter uma legislação de fiscalização no uso do raio *laser* quanto ao bronzeamento artificial nas pessoas.

Eu trago, aqui, srs. deputados, um *e-mail* que recebi da sra. Mariana Krawtschenko, moradora da cidade de Balneário Camboriú. Ela relata um fato que eu jamais poderia pensar que pudesse existir.

Ela solicita a este deputado que encaminhe a um deputado federal um pedido de um projeto de lei que identifique nos remédios e bulas alergias a intolerâncias alimentares e nas embalagens, quando contiver glúten, lactose ou açúcar. Existe um projeto de lei de minha autoria que exige dos supermercados colocarem em lugares específicos estes tipos de alimentos, mas nunca imaginei que remédios também fosse necessário.

Deputado Volnei Morastoni, v.exa. que é da comissão de Saúde, acho que é um belo assunto para tratar. O depoimento da sra. Mariana diz que mesmo que falando ao médico que ela tinha intolerância à lactose, o médico receitou um remédio para controle de pressão arterial e ela como já tinha cuidado para não tomar medicamentos que pudessem causar alergias foi na *internet* ver a composição da fórmula, mas não descobriu nenhum nome daqueles lá que ela tinha intolerância e acabou tomando. E ela diz:

(Passa a ler.)

"Quatro meses depois, com sérios problemas de saúde, tive que procurar dois proctologistas: um que não diagnosticou corretamente e só fez piorar tudo, porque ele me deu remédios à base de vaselina, soja e lidocaína (produtos que eu havia avisado que era alérgica), mas na bula eles

constavam com outros nomes que eu não conhecia. E o segundo médico proctologista que, finalmente, ajudou-me. Resumindo, recebi de herança desse episódio uma colite retal que praticamente não tem cura e tenho que controlar o tempo essa doença e gastei um bom dinheiro em consultas e remédios que descartei.”

Um remédio de controle de pressão arterial causou um problema sério nela e incurável. Por quê? Porque o médico não tomou o cuidado de ver se na composição do remédio havia algum componente proibido a pessoas com intolerância à lactose.

Também, ela colocou uma coisa aqui certa, deputado Antônio Aguiar, v.exa. que é médico, o cidadão vai saber se aquele remédio tem alguma coisa com glúten, glicose, lactose depois de comprar, porque está apenas na bula. Assim, o cidadão tem que comprar o remédio para olhar na bula se tem tais substâncias e não pode devolver porque já comprou.

Então, o pedido dessa cidadã é para que, assim como vem nas embalagens dos alimentos a informação de que o produto contém glúten, lactose ou açúcares, também venha especificado essa informação nas caixas de remédios para que a pessoa, antes de comprar, possa ler. E hoje de manhã disseram-me que na *internet* tem, mas nem todo mundo tem acesso ao computador para ler a bula antes de comprar o remédio.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Quero parabenizá-lo por essa abordagem e pelas questões que defende quanto a informações específicas nas caixas de remédios.

Temos uma lei que exige a informação sobre a existência ou não de glúten, mas não há uma lei que diga para identificar e, aí não falo dos remédios, mas dos produtos, se há ou não lactose. V.Exa. tem um projeto bacana para identificar nas prateleiras dos supermercados essa diferenciação e eu tenho também um projeto já aprovado aqui na comissão de Constituição e Justiça para

identificar o produto que tem lactose no rótulo como é a questão do glúten.

Acho que temos pensar, cada vez mais, sobre isso porque não é possível que o consumidor não tenha essas informações disponíveis. E v.exa. traz um assunto importante e somos parceiros na luta para que de fato esse projeto torne-se uma realidade no sentido da identificação da composição dos medicamentos nas caixas, porque pesquisar cada produto na *internet* não dá.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Deputado Volnei Morastoni, que é presidente da comissão de Saúde, passarei esse *email* a v.exa. para que possamos dar prosseguimento a esse assunto e concede o aparte.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Quero dizer que acho muito procedente sua fala sobre esse assunto e parabênizo a sua interlocutora, porque há várias situações em que poderiam estar anotadas as informações na caixa, externamente, chamando a atenção das pessoas, assim como no caso dos alimentos.

E cada vez mais entendemos que os consumidores devem procurar ler o rótulo dos alimentos também para saber sobre a composição e as advertências que estão colocadas.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado, deputado Volnei Morastoni.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o sr. deputado Darci de Matos, pelo tempo restante do PSD.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero falar de mais uma inauguração: o acesso à Praia do Ervino.

Ela é uma prainha maravilhosa que fica à direita, após o município de Araraquari e São

Francisco do Sul. Trata-se de uma obra de 15km que é esperada há décadas, deputado Nilson Gonçalves.

Eu tive o prazer de conhecer o saudoso e falecido Ervino, que morreu numa condição muito humilde. Era um homem que poderia ter sido o dono da maioria daqueles terrenos, mas ele ajudou, edificou e sempre viveu de uma forma muito humilde.

Também quero dizer que foi autorizado um convênio com a Udesc, em Joinville, que é a Capital da Dança, onde já temos o Balé Bolshoi, que é o maior festival do mundo, para a abertura de um curso de terceiro grau, que será feito através de vestibular, ainda neste ano.

Então são duas notícias boas para o nosso estado, pois o governador tem proporcionado isso, com a parceria da presidente Dilma Rousseff, é bem verdade, deputada Luciane Carminatti, que tem sido bem generosa com Santa Catarina.

Então, o governador tem proporcionado boas notícias em todas as áreas em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O SR. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado, esse vestibular que vai ser feito vem ao encontro de uma promessa feita no ano passado para o aproveitamento de alunos do Balé Bolshoi, que são aqueles que têm condições de dar aulas, que já passaram longos anos ali e que agora podem ser aproveitados com professores nesse curso que será implantado e que vem ao encontro dos anseios do segmento. E nós apenas temos que nos irmanar e parabenizar a todos.

E sobre o asfaltamento da Praia do Ervino, foi uma realidade esperada há décadas. Estive com vários companheiros em São Francisco do Sul e andei um pouco também naquela praia.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - V.Exa. morou lá, deputado?

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Sim, morei e minha mãe era de lá, o meu avô morreu no cais, caiu do convés, num porão de navio. Quer dizer, tenho história lá.

Eu gostaria de pedir ao amigo que comentasse com o governador a minha ausência, porque não vou poderei estar lá, tenho um compromisso já assumido com outros segmentos e, infelizmente, não poderei estar presente fisicamente, apenas de coração, porque havia um anseio de todos nós por esse asfaltamento que agora se tornou realidade.

O Sr. Deputado Sandro Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Sandro Silva - Ontem relatei, deputado Darci de Matos, que a obra de acesso à Praia do Ervino está concluída e será inaugurada amanhã, um trecho que já foi motivo de várias dores de cabeça para mim, porque no primeiro verão que fui passar lá, em 2008, assim que me elegi vereador, tive que empurrar o carro por 2km, embaixo de um sol forte, porque as costeletas de vaca que havia na rua causaram uma pane no meu carro, e, no segundo ano; ocorreu um problema no escapamento do meu carro.

Então, com certeza, muitas pessoas já passaram por muitas dificuldades, assim como eu. Por isso, é muita alegria para quem veraneia naquela praia, para quem mora naquele município.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de parabenizá-lo, nobre deputado Darci de Matos, por anunciar, em nome do governador do estado, João Raimundo Colombo, esse importante acesso asfáltico, que também teve o dedo do nosso senador Luiz Henrique da Silveira, temos que ser justos. Temos certeza de que o nosso governador está cumprindo a promessa de fazer as obras andarem, principalmente em Araquari, município que está despontando no planalto norte como um dos maiores para futuros investimentos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar, por esse motivo e por muitos outros é que queremos a parceria com Luiz Henrique da Silveira, com o PMDB, e que

Raimundo Colombo continue por muitos anos lutando pelo povo do nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, em 180 anos do Parlamento Catarinense passaram por esta Casa apenas 12 mulheres e nós conquistamos há pouco tempo o direito de votar e sermos votadas. Por isso, sr. presidente, convido todas as mulheres e homens desta Casa para as 16h30 participarem do lançamento da revista *Voto Feminino*, sob a coordenação da bancada feminina desta Casa, a qual pertencem as deputadas Dirce Heiderscheidt, Angela Albino, Luciane Carminatti e esta deputada. Esta revista foi produzida pelo Instituto Catarinense de Estudos Sociais Políticos e Econômicos com a parceria da bancada feminina desta Casa e com a Escola do Legislativo, e vamos fazer uma retrospectiva histórica dessa conquista feita por milhares de mulheres: o direito de votar e ser votada.

Então, está feito o convite para as 16h30, no Plenarinho, o lançamento da revista *Voto Feminino*. Muito obrigada, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o convite. Deputada Ana Paula Lima, esse resgate é importante, fundamental e busca paridade feminina na vida política e em todas as repartições sociais.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, saúdo também todos que nos acompanham no recinto da Assembleia Legislativa ou pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital. Eu quero compartilhar com os

deputados que se encontram no Plenário desta Casa sobre a audiência pública que realizamos semana passada em Rio do Sul, atendendo uma reivindicação da Unidavi, que solicita a instalação do curso de Medicina naquela universidade. Trata-se de uma proposta do deputado Jailson Lima, que é de Rio do Sul, e nós lá estivemos.

Então, parece uma reivindicação simplória, no primeiro momento, de mais uma universidade, mais uma cidade, que pede a instalação de um curso de Medicina.

Felizmente esse assunto agora passa a receber mais atenção e será debatido, discutido com qualquer universidade brasileira, de qualquer município do nosso país, que queira instalar um curso de medicina, até porque hoje temos no Brasil 1.8 médicos para cada mil habitantes. E o governo federal pretende, através do ministério da Saúde, e acho que está certo, num período de dez, doze, até quinze anos, chegar a 2.5 médicos para cada mil habitantes para atender à demanda do povo brasileiro, dos hospitais, que precisam ser ampliados. A população aumenta e é preciso atender as unidades de saúde básica, os programas de saúde na atenção básica, cada vez mais implantados e ampliados também nos níveis de alta complexidade.

É mais do que natural, e todos entendem com clareza, que precisamos de mais médicos. Neste ritmo que estamos hoje a quantidade de profissionais não consegue atender as demandas do povo brasileiro. Por isso, este debate em Rio do Sul foi importante.

Quero compartilhar esse assunto, nesta Casa, pois hoje para debater sobre essa solicitação, do município e da Unidavi, tem que ser feito através do programa *Mais Médicos*. Este programa, que aparentemente é apenas para solicitar mais médicos para as periferias das grandes cidades ou para os grandes vazios do interior brasileiro, não trata somente disso. O programa *Mais Médicos* traz no conteúdo da Lei Federal n. 12.871, de outubro de 2013, a regulamentação sobre a abertura de novos cursos de medicina.

Srs. deputados, essa é uma exigência natural, porque hoje já estamos com seis ou sete mil médicos no Brasil no programa *Mais Médicos* e vamos chegar a 15 ou 16 mil. Esses médicos têm data marcada para irem embora, pois muitos são estrangeiros, e quem vai substituí-los? Só os médicos novos, formados por cursos de medicina das universidades brasileiras não contemplarão essa condição de suprir esse vazio quando esses médicos deixarem de participar do programa aqui no Brasil. Então, precisamos de mais médicos.

Por isso, a importância dos novos cursos de medicina. E a Lei Federal n. 12.871, de 22 de outubro de 2013, que instituiu o programa *Mais Médicos* versa sobre critérios para abertura de cursos de medicina no Brasil. Além disso, versa sobre como os municípios podem se candidatar a ter um curso de medicina. E o ministério da Saúde baixou portarias como a Portaria Normativa n. 13, de julho do ano passado, que estabelece critérios para a pré-seleção de universidades de municípios que desejem sediar novos cursos de medicina.

O governo federal passará a baixar editais, atualmente estamos no terceiro edital, e a Unidavi, que quer se candidatar, terá que aguardar a abertura do quarto edital. Até agora nos três editais o governo federal já selecionou 49 municípios brasileiros para abertura de cursos de medicina. E há 72 municípios que também se inscreveram nesses editais e como não foram selecionados, porque não cumpriram os pré-requisitos, estão agora com uma demanda de recursos junto ao ministério da Saúde para poderem ser contemplados ou não.

Srs. deputados, estamos aguardando que o ministério analise a condição de cada um desses 72 municípios para contemplá-los ou não e, a partir daí, possa lançar o quarto edital para que novos municípios brasileiros e universidades se habilitem à abertura de novos cursos de medicina.

Além de estabelecer critérios muito claros, orientativos, diretrizes para a abertura dos cursos de medicina, a lei também deve estabelecer critérios para a formação de novos médicos, que

devem ser formados dentro de um compromisso com a saúde pública brasileira, com o SUS, que é o programa maior, é o grande plano de saúde do povo brasileiro, do qual a grande maioria da população depende. E os médicos, os cursos, as faculdades, as universidades têm que se adequar à formação desses profissionais dentro da realidade sanitária nacional, para as necessidades do povo brasileiro e com o SUS.

Por isso, os currículos serão adequados, mas também os estudantes de medicina que começarão seus cursos no ano que vem, em 2015, terão pela frente, após os seis anos, com a conclusão do curso, apenas uma primeira etapa do primeiro ciclo, porque virá o segundo. Serão mais dois anos e nesses dois anos eles terão também que cumprir uma série de compromissos, de experiência de estágios, de atividade profissional já com um CRM condicional, para poder ter a vivência do SUS, que é a grande porta de entrada.

Temos que formar profissionais, independentemente da especialidade: cirurgião plástico, oftalmologista, ginecologista obstetra, cirurgião-geral, cirurgião de cirurgias mais especializadas, cirurgia bariátrica, clínico-geral ou pediatra. Seja o que for, ele tem que ter a formação na atenção básica do SUS.

Por isso, um simples debate como esse em Rio do Sul para atender uma reivindicação da Unidavi, uma proposta de Rio do Sul, também abre a oportunidade de debater todo esse conjunto de critérios aqui, que são muito importantes para os municípios.

A cidade de Rio do Sul quer sediar um curso de medicina, qual é a estrutura que tem com o SUS? Quantas equipes têm o seu hospital? Tem que ter residência médica, inclusive, no mínimo, em três especialidades. E isso aí, então, passa a estabelecer critérios que não existiam. Apresentavam um projeto no MEC, abriam uma faculdade, um curso de medicina e formavam profissionais como continuam formando há tantos anos. Eu já me formei há mais de 35 anos, faz tempo, e naquela época, na década de 70, já

discutíamos que a maioria dos médicos brasileiros está concentrada no eixo Rio/São Paulo, como hoje em Santa Catarina 70% dos médicos estão no eixo Florianópolis/Itajaí/Blumenau e Joinville, no litoral norte.

E o SUS, a maioria da população? Nós temos que rediscutir este assunto, e o programa *Mais Médicos* está permitindo isso. E nos dias 8 e 9 de abril, porque no dia 7 estaremos em Araranguá, discutindo sobre o Hospital Regional daquele município, estaremos realizando, pela comissão de Saúde, um encontro para fazer um balanço do programa *Mais Médicos* em Santa Catarina, convidando os prefeitos dos municípios que têm mais médicos, secretários de Saúde, secretaria estadual e também o ministério da Saúde.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Agradeço a gentileza de v.exa., deputado Volnei Morastoni, mas quero aqui fazer um registro da sua presença no município de Rio do Sul e também fazer uma consideração especial à Unidavi, Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale.

Evidentemente que partiu dela esse desejo de sediar no município de Rio do Sul toda a estrutura existente no Hospital Regional. Temos praticamente toda a residência médica no próprio hospital e tantas outras ações que culminam com o credenciamento no município de Rio do Sul nesse novo chamamento que o governo federal, através do ministério da Saúde, está fazendo.

Cumprimento v.exa. e também a Unidavi por esse trabalho e o deputado Jailson Lima, que proporcionou a sua ida a Rio do Sul.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Nesses poucos minutos que v.exa. dispõe, quero agradecer a v.exa. e dizer que o nobre deputado vem sempre, brilhantemente, trazer esse debate da saúde, especialmente neste momento em que podemos

comemorar a abertura de novos cursos, mas com certeza, precisamos discutir qualidade e, principalmente, formar médicos para o serviço básico, pois é grande o pedido da população.

Obrigado, deputado.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Gostaria de dizer, deputado, que o resultado da audiência que v.exa. coordenou em Chapecó é que para o ano que vem iniciarmos a primeira turma de Medicina em março, 40 vagas, na Universidade Federal da Fronteira Sul.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Parabéns para a deputada que também participou deste debate, e o deputado Pedro Uczai, que estava presente em Rio do Sul.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

O Sr. deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria de me manifestar a respeito do campus da Universidade Federal e da aparente vontade de criar uma área livre para o consumo de drogas, mas isso eu vou fazer amanhã.

Eu apenas queria registrar aqui as presenças da prefeita Ivone De Geroni; e João De Geroni, ex-prefeito de Calmon; e também do prefeito de Tunápolis, Enoi Scherer; dos vereadores de Romelândia, Flandes Schindwein, Esmael Barpp, o Vadio, Valdecir de Oliveira, Saul Fernando Ristow; dos vereadores de Guarujá do sul, Leo Mario Sabadin, Antoninho e Kena, e o secretário da Câmara, nosso amigo Lauro; dos vereadores de Palmitos, Volmar Gandolfi, Claudemir Felchilcher,

e o Jair, que é o nosso presidente da Câmara; dos vereadores de Barra Bonita, Silvio Lazarotto e Sadi Pandolfo; de Matos Costa, o Gilson Gadott e Edgair Scheffer; de Guaraciaba o Laury Balbinot e o Pope.

Como nós sabemos, a União dos Vereadores de Santa Catarina está realizando um curso de formação, e esses vereadores, estando na capital do estado para este curso, aproveitaram para estar aqui na Assembleia. Registramos as presenças e sejam todos bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro do deputado Maurício Eskudlark, desejamos a todos e a todas uma boa estada neste Parlamento.

Com a palavra, o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas.

O assunto que me traz à tribuna no dia de hoje, segue a manifestação ou é semelhante à manifestação do deputado Nilson Gonçalves, referente às nossas rodovias.

Mas eu quero iniciar, sr. presidente, pela rodovia BR-280, trecho de Canoinhas a Porto União. Nós tivemos aqui uma participação relevante no processo da federalização da rodovia BR-280, trecho de Canoinhas a Porto União.

Tivemos a colaboração dos colegas deputados, deputadas, que encaminham~~iniciaram aqui~~, através da minha manifestação, um documento ~~encaminhado~~ ao ministério dos Transportes, ao DNIT, ~~à~~lá na Câmara Federal, capitaneada pelo deputado federal Esperidião Amin, e que resultou num envolvimento, tanto dos deputados federais como estaduais, dos prefeitos, dos vereadores, do governador, do DNIT aqui em Santa Catarina também.

E o resultado foi que houve a federalização e, mais que isso, o primeiro trecho de Canoinhas a Irineópolis já está recuperado, já foi feita a operação limpeza, já está com as placas verticais em visão total e agora está se fazendo a sinalização horizontal.

Portanto, há que se reconhecer, deputado Reno Caramori, v.exa. que vez por outra segue na região do planalto norte em direção a Matos Costa, Calmon, inclusive Porto União, região do lá com o vereador Gildo Masselai, que sempre tem sido um grande parceiro, . — E — eu e eu estava comentando sobre o trecho de recuperação da rodovia BR-280, no trecho de Canoinhas a Porto União, que até Irineópolis está em fase de conclusão.

Por outro lado, temos que reconhecer o que é bom, deputado Nilson Gonçalves, e fazer a nossa crítica construtiva na BR-280, do trecho de Jaraguá do Sul até São Francisco do Sul. E v.exa. estava fazendo aqui citações, dando exemplo da morosidade e até da burocracia, pois nem iniciou a obra.

Eu sempre defendi, continuo defendendo que para haver celeridade teríamos que fazer a concessão dessas rodovias, senão, vamos levar mais uma década. E v.exa. citou entre outros impedimentos o problema da Funai, que está fazendo um levantamento para ver se existe algum vestígio em relação ao algum indígena que passou lá ou não, o que é verdadeiro. V.Exa. também fez uma referência a alguns tipos de pássaros que por lá podem existir. Deputado Nilson Gonçalves, por lá, parece-me, já vi algumas vezes caranguejos e, se essa onda pegar, é possível que ao invés de avançar, retrocedamos.

Espero que não haja algum vestígio de caranguejo, senão, teremos dificuldades em ver a duplicação da BR-280 concluída.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Concedo um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado, se v.exa. falasse isso lá em Joinville, o pessoal da periferia diria: "Chi, agora danou tudo!"

V.Exa. falou em caranguejo e isso me lembra, está aqui o deputado Darci de Matos que não me deixa mentir, do aeroporto em Joinville, pois tivemos um problema sério por muito tempo para discutir a presença de uma família de caranguejos

no fim da pista, que precisava ser aumentada, mas não se sabia o que fazer com os caranguejos.

Então, agora v.exa. está me falando da presença de caranguejo na BR-280? Se tiver caranguejo na BR-280, devemos colocar mais dez anos para essa duplicação. Queira Deus que isso não passe apenas de um comentário, tomara!

Obrigado.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, deputado Nilson Gonçalves. Penso que a necessidade daquela obra é tão prioritária pelo tráfego intenso, deputado Reno Caramori, do aeroporto, do escoamento da produção, das próprias praias que temos, de uma vez por todas, que superar essas barreiras burocráticas porque muitas vezes pretende-se fazer algo, mas não se consegue por conta dessa burocracia.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Concedo um aparte ao deputado.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado, Silvio Dreveck, v.exa. que conhece bem toda aquela região sabe da importância e o quanto custa para o produtor o transporte da soja, do milho para os portos tendo em vista o problema seriíssimo das rodovias.

Acabamos de participar de uma coletiva da Euresc, uma entidade sem fins lucrativos, criada por comerciantes, produtores, empresários, agricultores, sindicatos para o acompanhamento dessas obras e até para a fiscalização, e vou fazer uma convocação em seguida, mas v.exa. tem toda razão, é lamentável, mas é a realidade.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, deputado Reno Caramori. Evidentemente que esses desafios que o Brasil está passando, ora por um órgão ambiental, ora por outra instituição, acabam trazendo morosidade e prejuízos muito grandes para a população em todos os sentidos, e quando falamos do Custo Brasil, esse está incluído entre eles.

Então, para concluir, vamos torcer para que os entraves burocráticos não atrapalhem mais o desejo e a vontade dos nossos governos realizarem essas

obras tão importantes para a população catarinense.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, gostaria de pedir a retirada de pauta da votação do parecer do Projeto de Lei n. 0252/2012, de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Está retirada de pauta a votação do parecer do Projeto de Lei n. 0252/2012.

Votação do parecer do Projeto de Lei n. 0272/2013, de autoria da deputada Angela Albino, que dispõe sobre a criação de política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer contrário da comissão de Constituição e Justiça.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

O SR. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, v.exa. pode verificar na pauta que há, na mesma condição, um segundo projeto de lei que recebeu votação contrária. Como o fundamento dos dois projetos é o mesmo, gostaria de propor a votação em bloco. Quero discuti-los conjuntamente, porque o fundamento que apresento para votarmos contrariamente ao parecer da comissão de Constituição e Justiça vale para os dois projetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Será atendida a sua solicitação.

Votação do parecer do Projeto de Lei n. 0358/2013, de autoria da deputada Angela Albino,

que dispõe sobre o uso de papel reciclado pela Administração Pública.

Conta com parecer contrário da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, sr. presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra a autora, deputada Angela Albino, para a discussão em bloco dos dois projetos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, gostaria de saber se tenho o tempo de dez minutos para a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Sim, v.exa. tem a palavra por dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Gostaria de avisar aos meus pares que estou discutindo aqui o parecer contrário da comissão de Constituição e Justiça ao projeto de lei que dispõe sobre a criação da política do ecoturismo e do turismo sustentável neste estado e ao projeto de lei que dispõe sobre o uso de papel reciclado pela administração pública.

Pedi para defendê-los num só momento porque se trata, em certa medida, do nosso quase vício de dizer que tudo que gera despesa não é permitido fazer. Um ponto que quero tratar hoje é no sentido de que esta Casa se sensibilize para a atualização da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

(Passa a ler.)

"O Supremo Tribunal Federal mantinha o entendimento de que, nas matérias de competência privativa do Executivo, não poderia o parlamentar deflagrar projetos de lei ou fazer emendas.

Em outro momento posterior passou a defender a possibilidade de o Parlamento estabelecer emendas desde que houvesse pertinência temática e não criasse despesas. Nesse momento, agora, senhores, há pelo menos dois precedentes em que o STF reconheceu a constitucionalidade de projetos de

leis de iniciativa parlamentar criando políticas e programas, mesmo que criando despesas.

No julgamento ADI n. 3.394/AM, que teve como Relator o Ministro Eros Grau, o Pleno declarou constitucional a lei de iniciativa parlamentar que criava o programa de gratuidade de testes de maternidade e paternidade. E diz em determinado ponto o julgamento:

`[...]`

Ao contrário do afirmado pelo requerente, a lei atacada não cria ou estrutura qualquer órgão da administração pública local. Não procede a alegação de que qualquer projeto de lei que crie despesa só poderá ser proposto pelo chefe do Poder Executivo.'

Destaca-se também, sr. presidente, o agravo deflagrado no recurso especial n. 290.549/RJ que atacava-se lei, frisa-se, de iniciativa parlamentar que criava um programa intitulado Rua da Saúde, que considerou por sua vez o STF, constitucional lei de iniciativa parlamentar, de programa municipal.

[...]

'A criação, por lei de iniciativa parlamentar, de programa municipal a ser desenvolvido em logradouros públicos não invade esfera de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo.' (RE 290.549-AgR, Rel. Min. Dias Toffolo, julgamento em 28-02-2012, Primeira Turma, DJE de 29-3-2012.)

O entendimento firmado é de os dispositivos constitucionais que tratam de reserva privativa devem ser interpretados de forma restritiva.

A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que, por implicar limitação ao poder de instalação do processo legislativo, deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca. (STF, Pleno, ADI-MC n. 724/RS, Relator Ministro Celso de Mello, DJ de 27.4.2001(original sem grifos).

Por fim, também trago uma ponderação do ministro Gilmar Mendes durante o julgamento da ADI n. 2.417/SP:

`[...]

Uma interpretação ampliativa da reserva de iniciativa do Poder Executivo, num âmbito estadual, pode resultar no esvaziamento da atividade legislativa autônoma no âmbito das unidades federativas.'

Portanto, sr. presidente, pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal o Poder Legislativo pode instituir programas e políticas públicas desde que, conforme já indicávamos na justificativa do nosso projetos de lei, não criem ou redesenhem qualquer órgão da Administração Pública, nem crie deveres daqueles diversos genéricos já estabelecidos como também não importem em despesas extraordinárias." [sic]

Senhores, nós estamos propondo um projeto de lei que ajude, que potencialize o desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável em Santa Catarina. Nós estamos propondo que o Poder Executivo de Santa Catarina, assim como esta Casa já aprovou, use papel reciclado. E o Supremo Tribunal Federal já disse que nós podemos fazer isso. É um vício de pensamento dizer que tudo que gera despesa o Parlamento não pode acatar. Ora, o Poder Judiciário tem dito para nós que os parlamentos são maiores do que nós temos dito que são e nós aqui, cotidianamente, estamos dizendo que os Parlamentos são menores do que Supremo diz que é.

O que eu peço aos parlamentares desta Casa não é aprovação desses projetos, que terão sua tramitação regular nas suas comissões e poderão receber as contribuições e a leitura de todos, mas é a chance de não deixarmos um estado potencial, que tem para o ecoturismo e o turismo sustentável, sem uma política de incentivo. Por isso, peço a possibilidade de discutir que o estado de Santa Catarina use papel reciclável.

Mas o que peço, mais do que qualquer outra coisa, é que este Parlamento acate o que diz o Supremo Tribunal Federal: os Parlamentos não

fiquem de joelho perante os Executivos. Os parlamentos são autônomos. Os parlamentos têm condições de propor políticas públicas, obviamente, desde que não façam uma despesa extraordinária, que não é o caso dos projetos.

Portanto, srs. parlamentares, embora seja do nosso hábito pouco ouvir e pouco discutir, tenho a expectativa de que a sensibilidade de todos relembre os muitos debates que fazemos aqui das iniciativas parlamentares que são tolhidas por algum caminho jurídico que tudo não pode. Nós podemos, o Supremo Tribunal Federal diz que podemos.

E o que peço aos senhores é que acatem o pedido de recurso que faço a este Plenário quanto ao parecer contrário da comissão de Constituição e Justiça em relação a esses dois projetos, ambos fundamentados na falsa, antiquada e ultrapassada ideia de que não podemos gerar nenhuma despesa, que todo projeto que gera despesa nós não podemos propor. Isso é antiquado e isso o STF já decidiu diversamente. É esse o voto que peço aos parlamentares desta Casa: a altivez dos Parlamentos nos limites estreitos que o Supremo Tribunal Federal já nos disse que temos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Entendemos que o projeto é extremamente meritório da eminente deputada Angela Albino e que podemos criar uma política estadual sem causar despesa ao estado. Mas, evidentemente, na condição de líder de governo tenho que admitir que todo projeto de lei que cria despesa para o governo é inconstitucional.

Então, qual é o papel do parlamentar neste momento? É transformar esse projeto em indicação ao governador para que o mesmo possa fazer um trabalho junto à secretaria de Organização do

Lazer, à secretaria da Casa Civil e tentar a partir do Executivo, aproveitando as ideias da eminente deputada Angela Albino, inverter a lógica do processo, em vez de derrubarmos o parecer da deputada, fazer com que a mesma participe junto com o governo da construção dessa política. Caso contrário, a minha orientação para a bancada do governo é de votarmos contra o requerimento da deputada Angela Albino.

Por isso, faço um apelo à eminente deputada para que o projeto seja retirado para que possamos trabalhar com o governo essa possibilidade, já que a ideia é extremamente meritória e importante. Santa Catarina é um dos destinos turísticos do Brasil mais procurados e compreendemos que a avaliação da deputada é pertinente. Assim, faço esse apelo a deputada, caso contrário, teremos que transformar esse projeto numa indicação ao Executivo.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, por acaso estamos discutindo dois projetos meus, mas, na verdade, estamos discutindo muito mais que isso, trata-se de um novo entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre as atividades parlamentares.

Então, recebi o pedido do senhor líder do governo e de outros parlamentares de que pedisse a retirada desses projetos de pauta, se ainda for possível, regimentalmente, para que possamos construir uma opinião sobre esse assunto, porque o que decidirmos com relação a esses dois projetos de lei vai atingir como um todo o entendimento desta Casa, sobre os limites da sua atuação. Portanto, peço que possamos retirar de pauta esses dois projetos para que possamos aprofundar um pouco mais esse debate, digo de novo, que é importante para o Parlamento, mais do que para esses projetos, e num novo momento, se v.exa.

assim concordar e a Mesa Diretora também, poderemos apreciar esses projetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência fará o encaminhamento, acolhendo a sugestão do líder do governo e da autora dos projetos de lei. Assim, estão retirados de pauta os projetos.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Antes de v.exa. entrar no próximo projeto, quero dizer aos srs. deputados que, logo após a votação, segundo requerimento, de minha autoria, assinado pelas liderança, o secretário da Educação, sr. Eduardo Deschamps, falará sobre a questão da doutrinação, denunciada na semana passada.

Portanto, peço aos srs. deputados que permaneçam para ouvirem o referido secretário sobre a tal questão esquerdista que estaria tendo nas escolas de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes. Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, quero registrar a presença dos srs. vereadores da nossa região: vereadora Tania Aparecida da Silva Schlemper, vereador Luís Bechtold, vereador Elcio Luiz Bonacolsi e o Luiz Carlos Zanis, do município de Laurentino. Também os vereadores de Taió: Arno Xavier, Ademir do Vale, Iara Bonin e Rozi Terezinha de Souza. Do nosso querido município de Rio do Campo, vereador Alexandro Losi; do município de Atalanta, vereador Alvino Schelster, Claudio Volnei Sens, Hélio Moll e o Zulnei Jochem.

Desejamos aos nossos parlamentares municipais uma boa estada aqui na Capital neste seminário promovido pela Uvesc.

Sejam todos bem-vindos à Casa do Povo Catarinense.

Muito obrigado!

Votação do parecer do Projeto de lei n. 0026/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que dispõe sobre a criação de Guarnições Especiais da Polícia Militar do estado de Santa Catarina, e estabelece outras providências.

Com parecer contrário da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, peço a retirada de pauta desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Está retirado de pauta o projeto de lei de autoria da deputada Luciane Carminatti.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0039/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta, que institui o Dia Estadual de Debates sobre o Bem-Estar da Mulher.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos Humanos e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0065/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, que denomina Luiz Carlos Perin o Centro Integrado de Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca - CIDAP -, no município de Joinville.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Pesca e Aquicultura.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0323/2013 de autoria do deputado Serafim Venzon, que institui o Dia Estadual dos Desaparecidos no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0476/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que altera a Lei n. 4.493, de 1970, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente da Assembleia de Deus, com sede no município de Criciúma.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0132/2014, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0133/2014, de autoria do deputado Darci de Matos; 0134/2014, 0135/2014, 0136/2014, de autoria do deputado Sandro Silva; 0137/2014, 0138/2014, 0139/2014, 0140/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0141/2014, de autoria do deputado José Milton Scheffer.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0189/2014, 0190/2014, 0191/2014, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0192/2014, 0193/2014, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0195/2014, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0196/2014, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0197/2014, 0198/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0199/2014, de autoria do deputado Darci de Matos; 0200/2014, 0201/2014, de autoria da bancada do PMDB; 0202/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0203/2014, 0204/2014, 0205/2014, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0206/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0207/2014, de autoria do deputado Sandro Silva; 0208/2014, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0209/2014, de autoria do deputado Ciro Roza; 0210/2014, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário o Requerimento n. 0194/2014, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que solicita ao gerente da Empresa Telefonia OI, no estado, a expansão da rede de telefonia fixa no bairro da Figueirinha, no município de Guaramirim.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0020/2014, de autoria do deputado Sandro Silva, a ser enviada ao presidente da Câmara de Deputados, manifestando contrariedade à tramitação do Projeto de Lei n. 7225/2014, de autoria do deputado federal Rogério Mendonça, Peninha, que proíbe a instituição de cotas raciais nos concursos para ingresso no serviço público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0027/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado e, por meio deste aos secretários de estado da Fazenda, da Casa Civil e da Agricultura e Pesca, solicitando informações referentes aos municípios de Santa Catarina que receberam equipamentos, máquinas ou implementos agrícolas de janeiro de 2011 a fevereiro de 2014.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu gostaria de deixar registrado mais uma vez sobre o meu

pedido de informação, que foi feito de forma expressa e regimental para o DNIT sobre a questão da BR-280, cujo prazo para resposta já expirou, mas até o presente momento não disseram exatamente nada, eu não tenho conhecimento de nada.

Então, gostaria de pedir a esta Presidência que tome as providências no sentido de exigir que essa resposta venha para este deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Nilson Gonçalves, peço à assessoria da Mesa Diretora da Casa para que tome as devidas providências a respeito do pedido do deputado Nilson Gonçalves.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência tem sobre a mesa um pedido, assinado pelo deputado Kennedy Nunes, primeiro-secretário desta Casa e por diversos líderes que compõem as bancadas deste Parlamento, solicitando a suspensão da sessão Ordinária de hoje pelo prazo de até dez minutos para a manifestação do secretário da Educação, sr. Eduardo Deschamps, que falará sobre a denúncia apresentada sobre a possível doutrinação do ensino público em Santa Catarina.

Esta Presidência acata o requerimento e suspende a presente sessão por até dez minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - (Faz soar a campainha!) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero cumprimentá-lo, cumprimentar todos que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital e, em especial, os vereadores Deonir Sarmiento e Gilvano, de Planalto Alegre, e o vereador Cleber Ceccon, de Chapecó, e cumprimentar os demais vereadores e vereadoras que estão nesta Casa. Inclusive um grupo de vereadoras está fazendo um debate no plenarinho deste Poder sobre o tema do voto feminino e amanhã haverá um grande encontro

nesta Casa novamente dos vereadores e vereadoras catarinenses.

Quero cumprimentar a todos e dizer que estamos hoje comemorando a ordem de serviço para 30 Centros de Referência em Assistência Social, aqui pela Secretaria de Assistência Social do Estado, um convênio com a União, com o governo federal. É um programa federal construído pelo governo do ex-presidente Lula, especialmente agora pela presidente Dilma, dos programas de referência em Assistência Social, que são importantes para atender a sociedade catarinense.

Então, gostaria de agradecer e parabenizar a todos os 30 municípios que hoje estão recebendo ou estão fazendo a sua ordem de serviço, que vão receber, via BNDES, esses recursos.

E nós temos mais um número grande de municípios, inclusive o nosso mandato ajudou a articular e estarão recebendo o seu Centro de Referência via Banco do Brasil daqui uns dias também.

Então, queremos citar alguns municípios, como: Timbó Grande, Trombudo Central, Flor do Serão, Entre Rios, Águas Frias, Braço do Norte, e tantos outros municípios que hoje estão entre os 30 municípios que vão recebendo a sua ordem de serviço para construir o Centro de Referência.

Mais uma grande política do nosso governo, o governo federal, e articulado com a secretaria, junto com o governo do estado, secretaria de Assistência Social, hoje coordenada pelo nosso colega deputado Jorge.

Além disso, sr. presidente, eu quero destacar aqui que nós estivemos acompanhando, na semana passada, toda discussão em Brasília, uma reunião com o presidente nacional da Conab, discutindo três assuntos.

Primeiro, deputado Reno Caramori, a instalação de um armazém da Conab, um grande armazém público em Santa Catarina, no município de Xanxerê. É o armazém, segundo o presidente, mais avançado, que tem a perspectiva mais rápida de liberação de recursos para iniciar a construção.

Então, nos próximos dias deveremos ter o encaminhamento todo para o início da construção daquela estrutura, lá no município de Xanxerê, que vai ser um espaço de armazenagem de produtos, especialmente de grãos, que é uma reivindicação antiga nossa, participamos passo a passo dessa luta, e uma das grandes políticas do governo da presidente Dilma é voltar a investir em armazenagem. Não queremos mais ver morrer frangos, suínos, sem milho em épocas de entressafra, pois esse milho tem que estar depositado na região. Então, essa é mais uma das grandes conquistas e nós acompanhamos de perto na Conab.

Outro tema que gostaria de abordar é a ampliação dos armazéns no município de Campo Erê. Temos lá uma estrutura abandonada, um armazém, e o prefeito Rudimar Borcioni encaminhou um documento para Conab para que ela assuma, compre ou alugue aquela estrutura que está ociosa, não está sendo aproveitada no município de Campo Erê, perto da rodovia que liga o município de Pinhalzinho, Saltinho a Campo Erê.

O último ponto tratado é o nosso problema da liberação dos recursos para o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos. Santa Catarina é um dos estados de destaque nesta política do Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal. Desde quando o programa foi criado, em 2003, pelo presidente Lula, Santa Catarina vem-se destacando. Tivemos, em alguns anos, a liberação de recursos para o PAA no valor de R\$ 30 milhões por ano, que são políticas para estoques reguladores, políticas para doação às famílias em segurança alimentar, para a alimentação escolar, para hospitais e outros.

Então, é um belo programa, mas temos problemas de liberação dos recursos para os grupos, para as cooperativas adquirirem os produtos da agricultura familiar.

Temos recebido muitas reivindicações, muitas reclamações das cooperativas do estado, por isso, estamos marcando uma reunião em Santa Catarina com as lideranças da Conab de Brasília para virem ao

estado discutir a liberação dessa política, desses recursos para o PAA em Santa Catarina.

Então, deveremos ter nos próximos dias uma reunião aqui, com as lideranças da Conab de Brasília para que venham ao estado discutir a liberação dessa política, desses recursos do PAA em Santa Catarina. Esta reunião estava marcada para o dia 2, mas deve ficar para a outra segunda-feira, em Florianópolis, com as cooperativas e associações a fim de discutirmos a liberação dos recursos do PAA. Era o que queria destacar no dia de hoje desta tribuna.

Quero registrar também que, ontem à noite, a comissão de Pesca e Aquicultura visitou os ranchos que queimaram em Santo Antônio de Lisboa, em que várias famílias perderam toda a sua estrutura de produção da maricultura e reivindicam o apoio desta Casa.

Nós empenhamos nossa palavra, junto com a prefeitura, a secretaria da Agricultura e Pesca, a secretaria do Patrimônio da União e os órgãos ambientais, Fatma e Ibama, no sentido de que iríamos trabalhar para agilizar a liberação de recursos e a instalação da estrutura para aquelas famílias poderem continuar produzindo e ganhando sua renda com a maricultura.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Volto a esta tribuna, até para lamentar alguns fatos que vêm ocorrendo com prejuízo à sociedade catarinense.

Esta Casa aprovou emenda à Constituição catarinense (PEC n. 01/12), que terminou com a edição da Emenda Constitucional n. 60, de 11 de julho de 2012, acrescentando o parágrafo único ao art. 112 nos seguintes termos:

(Passa a ler.)

"Parágrafo único. No exercício da competência de fiscalização de projetos, edificações e obras nos respectivos territórios, os municípios poderão, nos termos de lei local, celebrar

convênios com os corpos de bombeiros voluntários legalmente constituídos até maio de 2012, para fins de verificação e certificação do atendimento às normas de segurança contra incêndio.”

Entendo perfeitamente e já discuti essa lei, que é paliativa. Não consigo entender por que até 2012 valia, mas depois passou a não valer mais. Isso foi um acerto das bancadas. Essa lei permanece. E não para por aí. A polêmica ainda continuou pela tentativa de massacre do comando dos Bombeiros Militares em cima dos Bombeiros Voluntários. Mas todos são bombeiros, prestam o mesmo trabalho e seguem as mesmas normas legais para a verificação no seu município, tanto uma corporação quando a outra.

(Passa a ler.)

“A edição da Lei n. 16.157, de sete de novembro de 2013, delega poder de polícia administrativa para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, especificamente em seu art. 10, porém, em seu § 3º delega também a mesma competência aos municípios que possuem Bombeiros Voluntários conveniados:

Art. 10. Ao CBMSC compete o exercício do poder de polícia administrativa para assegurar o adequado cumprimento das normas de prevenção e combate a incêndio, inclusive por meio de:

§ 3º As competências enumeradas nos incisos do caput deste artigo serão exercidas de forma concorrente com os municípios e, havendo bombeiros voluntários conveniados como estes, a competência é privativa do ente municipal.”

Quem é o ente municipal? É o município que dá autorização através de convênio legal, passado pela aprovação da Câmara, para exercer as atividades de bombeiro, conforme já lemos.

Lamentavelmente, os Bombeiros Militares entraram com uma ação em juízo para anular parte do § 3º, do art. 10 e retiraram somente esta parte: havendo bombeiros voluntários conveniados como estes, a competência é privativa do ente municipal.

Senhores deputados, quero aqui lamentar mais uma vez, porque ninguém sai ganhando nada,

absolutamente nada, nem os militares. O governo não tem condição de ampliar no estado. Nós temos 171 municípios que não têm bombeiros, nem voluntário nem militar.

Temos mais de 30 corporações de bombeiros voluntários que prestam um trabalho digno à sociedade. Existe o exemplo dos de Joinville, que há 122 anos vêm prestando esse trabalho. Os de Caçador estão com mais de 40 anos. Em Jaraguá esses profissionais atuam há mais de 40 anos, assim como em Concórdia. Então, que estado é este? O que está acontecendo?

Espero que os srs. desembargadores que votaram esse projeto no Pleno revejam isso. E vamos achar uma solução, porque o prejudicado é você catarinense, porque se pegar fogo na sua casa, não terá um bombeiro sequer para proteger o patrimônio ou as vidas que lá estão em perigo, simplesmente pelo bel prazer de dizer que somente bombeiro militar pode fazer essa tarefa.

Se até 2012 poderia se instalar Bombeiro Voluntário em Santa Catarina e depois do referido ano não pode mais, então, o estado, meu querido governador, tem que assumir essa responsabilidade, porque vou voltar nesta Casa todos os dias trazendo uma indicação para que alguém assuma a responsabilidade na defesa dessa gente nos municípios onde não têm Bombeiros Voluntários. Não posso admitir que a sociedade catarinense fique à mercê do além porque há um exigência de que o poder de polícia é somente dos Bombeiros Militares.

Então, não queremos disputa militar com voluntário, mas que a sociedade seja beneficiada é isso que precisamos. E quero entender que o governador vai pensar e o Tribunal de Justiça também. Temos que achar uma solução para isso. Essa lei ou aquela não interessa, precisamos fazer com que toda Santa Catarina tenha cobertura da proteção de bombeiros voluntários ou militares. Não sou contra nenhum, se o município de Macieira tem condições de colocar voluntário, coloque; se no município de Arroio Trinta os bombeiros militares tiverem condições de instalar uma

unidade com homens, viaturas e equipamentos, apoiarei. Mas, o que quero é a cobertura dos municípios catarinenses.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Concedo um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. fala com muita propriedade sobre o Bombeiro Voluntário, sempre foi um aguerrido e esteve frente dessa luta.

Tenho a oportunidade de estar no quarto mandato como deputado, participei de vários temas importantes e um deles foi quando votamos o desmembramento do orçamento do bombeiro do comando militar. E por consequência depois a questão do Bombeiro Voluntário, que faz um trabalho de excelência. Aliás, a vertente preconizada pelo governo, Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira, é o de incentivar o espírito voluntariado, que precisa ser enaltecido e intensificado.

Agora, é preciso destacar aqui que tanto o Bombeiro Militar quanto o Bombeiro Voluntário fazem um trabalho de excelência para o estado de Santa Catarina. E o que votamos aqui, neste Parlamento, foi de dar a prerrogativa ao prefeito municipal de decidir se vai fazer o convênio com o militar ou com o voluntário. Mas, no final de contas há uma demanda em mais de 171 municípios, ou seja, mais de 50% dos 295 municípios do estado estão desguarnecidos.

Portanto, esse é o foco que tanto o segmento militar quanto o voluntário, juntamente com o governo como um todo, deve-se ater na questão de suprir essa demanda que está desassistida.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Portanto, se já tem voluntário, deixem-os trabalhar!

Lá em Caçador já tem voluntários, mas instalaram-se os militares em uma casa pagando quase R\$ 5 mil de aluguel com seis homens; em Joaçaba, a mesma coisa; Concórdia também; Jaraguá do Sul da mesma forma; e temos aqui as fotos das

mansões que foram alugadas com os carros na frente. Para fazer o quê? Para cobrar o boleto, porque eles não fazem outra coisa. Meu Deus do céu será que dá para entender isso? É competência do município e queremos realmente que sobrevivam os munícipes, que eles tenham proteção, seja com o Bombeiro Militar ou com o Bombeiro Voluntário. Queremos é a proteção.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu gostaria de registrar as presenças dos vereadores município Saudades, do PT, srs. Alécio Jahnke, Vilmo Elpídio Hohn, Osmundo Schuh; e do município de Pinhalzinho, os srs. Erni Adelar de Carmargo e o Caranga, do PMDB.

Agradeço as presenças.

Sejam bem-vindos!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Eu gostaria de registrar a presença do vereador Jean Ricardo, jovem atuante progressista do nosso querido município de Garopaba um prazer tê-los conosco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Sejam todos bem-vindos a este Parlamento.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, sr. presidente.

Eu gostaria de registrar com alegria a presença do meu amigo Clairton Geller, ex-presidente da Asme, que é uma grande liderança do município de São Miguel d'Oeste e de toda a região.

Também registro a presença da sra. prefeita Ivone De Geroni, do município de Calmon, e parabenizo-a pela condução dos trabalhos naquele município, neste ano, com o programa *Calmon em Chamas*. Realmente a cidade está pegando fogo com grandes obras, realizações, viaturas etc. É impressionante o trabalho que ela tem realizando, a exemplo do que o meu amigo João De Geroni fez, quando foi prefeito daquele município.

Também registro a presença do Nerizinho, nosso querido vereador, que faz um belo trabalho naquele município, uma pessoa muito dedicada para com as causas da população.

Um dos jornais do dia de hoje traz a matéria: "Campus em Ebulição: Estudantes virando e destruindo veículos." No jornal *Notícias do Dia*: "Prisões e tumulto na Universidade Federal de Santa Catarina." Nós lamentamos! Temos que lamentar que numa sociedade em que todos estão numa guerra contra o tráfico, contra o consumo de drogas, em que as famílias tentam se reunir e cobram da polícia ações eficazes dizendo que a polícia não faz nada, que a polícia sabe quem são os traficantes e não prende porque não quer, que a Justiça logo após a prisão, muitas vezes, libera traficantes, vem a reitora da UFSC, que dizem, faz uma péssima administração, mas como vai ter eleição direta para a universidade eu acho que é um mote de campanha dizer que lá vai ser uma área livre para o tráfico e o consumo de drogas.

A reitora da universidade disse que a ação foi arbitrária e desproporcional. Outra matéria trata de que a reitora da UFSC foi surpreendida por uma ação desnecessária, porque para ela combater o tráfico e o consumo de drogas é desnecessário.

Então, a polícia vai na favela para prender, para combater o tráfico de drogas, vai nas universidades pagas, em que as pessoas tiram o dinheiro do bolso para conseguir o seu curso superior, e na universidade em que ela conduz, ou faz de conta que conduz, porque não tem autoridade, pode traficar e consumir drogas.

A reitora disse que a ação foi arbitrária e desproporcional. O que a Polícia Federal fez?

Colocou três ou quatro agentes no campus, ficou monitorando o tráfico de drogas, os agentes acompanharam as filmagens, verificaram as pessoas que estavam usando drogas, porque não são estudantes, não estão na UFSC para estudar, estão naquele local, numa área que para os próprios alunos e professores é conhecida como área de consumo de drogas, e isto é relatado como se fosse a coisa mais normal do mundo, e deu voz de prisão. E o que aconteceu? Alunos e professores cercam os agentes da polícia e dizem que não devem levar os usuários de drogas presos.

Portanto, quem foi arbitrário e desproporcional na ação realizada pela Polícia Federal? Se a polícia tivesse feito um cerco, pegado centenas de alunos, colocasse cães farejadores para verificar mochilas, veículos, revistasse todos os alunos, tudo bem! Mas isso não aconteceu! A polícia fez um trabalho de inteligência, identificou quem estava com drogas, e talvez essa ação pudesse servir para inibir, para diminuir ou acabar com o consumo de drogas naquele local. Mas a administração da universidade e os professores, que deveriam analisar a situação que estava ocorrendo naquele momento, acabaram causando tumulto com relação às prisões realizadas, não perguntaram para a polícia o que estava acontecendo. A polícia iria dizer que havia prendido cinco pessoas por estarem portando drogas. E os professores deveriam ter dito aos outros alunos, eles vão ser levados para a delegacia e os trâmites legais serão feitos, e se quisessem mandar um advogado para acompanhar, poderiam ter mandado, porque nesses casos aparecem centenas de advogados para defesa.

Mas não foi isso que ocorreu. Os professores ajudaram a tumultuar, não queriam que a polícia levasse os alunos para a delegacia, enfim, os professores e a reitora da universidade estavam praticamente dizendo que aquela área era livre para o consumo e tráfico de drogas. Nós estamos no fim dos tempos!

E li nos jornais, nas redes sociais, algumas manifestações, que trazem o seguinte: "Esses

alunos deveriam ser expulsos e se fosse uma reitora com autoridade, que zela pela educação e pelo patrimônio público, deveria expulsar esses alunos e abrir vagas para os alunos que querem estudar.”

Eu acho que é isso que deveria ser feito, porque estudante de Universidade Federal está usando o dinheiro do pobre, do povo, do trabalhador, um dinheiro de todos os brasileiros que pagam os professores e mantêm a universidade. E quem não quer estudar, quem quer fumar maconha, deve ir para o Uruguai, onde o presidente liberou o consumo de maconha.

E recebemos muitas outras manifestações como: “Esses alunos deveriam ser expulsos e novas vagas fossem abertas para quem quer estudar, porque pagar impostos para manter uma universidade pública e manter também os banheiros não dá. Isso é muito bonito para esses usuários de drogas, que fumam maconha e patrocinam essa violência em que vivemos.”

E eu digo que quem fuma maconha patrocina o roubo, a compra de armas, o tráfico de drogas e também os homicídios que temos todos os dias.

Recebemos, ainda, mais manifestações: “Esses estudantes usuários de maconha serão os médicos que irão tratar nossos filhos; os psicólogos que irão orientar nossos filhos sobre o uso de drogas; os engenheiros que construirão as estradas; os arquitetos que urbanizarão as cidades e os professores que irão ensinar as novas gerações. Não tem jeito mesmo! A humanidade não tem futuro!”

A sociedade sente-se atingida pela ação dos professores, da reitora e daqueles que se manifestaram. Os estudantes têm ensino de graça para virar carro e destruir a universidade, porque não querem cumprir a lei dentro da universidade? Então, não façam campanha antidrogas, não sejam hipócritas!

Precisam assistir o filme Tropa de Elite para ver o que faziam aqueles universitários quando alguém era assassinado, colocavam camiseta branca pedindo paz e dentro da faculdade usavam e vendiam drogas! Foi isso que o filme mostrou: uma

sociedade hipócrita. E é essa sociedade que a reitora da Universidade Federal de Santa Catarina quer manter.

Pelo que vi a reitora até pode ser reeleita, mas acho que não, porque isso aqui representa menos de 10% dos estudantes que estão lá, pois 90% dos estudantes que frequentam aquela universidade querem fazer um curso superior para pensar numa sociedade melhor, querem aprender e a reitora é um péssimo exemplo, uma vergonha, como diria Boris Casoy.

Então, não podemos admitir que queiram ainda culpar os policiais. A tropa de choque foi para tirar os policiais federais e os presos de lá. A ação da polícia não foi desproporcional, foram dois ou três agentes que fizeram a prisão e se pudessem, cumpririam a lei, não fosse a interferência dos baderneiros e de alguns professores.

Infelizmente, é nesta sociedade que vivemos e esses baderneiros têm que ser punidos!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - O último orador inscrito é o sr. deputado Valmir Comin, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIM - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero saudar o nosso sempre deputado e conselheiro Gilson dos Santos, que nos prestigia com sua presença, no qual sempre me espelhei pelo tribuno de excelência que foi e ainda é nos dias de hoje.

Sr. presidente, v.exa. falou em último orador, e dizem que os últimos serão os primeiros, mas os primeiros deveriam ter educação para esperar pelos últimos.

Hoje vou usar desta tribuna para falar sobre a Ponte Hercílio Luz. Fiz questão de pedir ao meu amigo, professor Honorato Tomelim, que fizesse um descritivo sobre a Ponte Hercílio Luz, porque escutamos tantas coisas, fala-se em valores de investimento, de desvio de verbas, de corrupção,

de serviços mal acabados, mas, na verdade, precisamos fazer uma acareação de tudo isso para que a sociedade possa entender e saber o que está acontecendo.

(Passa a ler.)

"Hercílio Luz já havia decidido que a primeira ligação ilha/continente haveria de se chamar Independência. O significado era amplo, uma vez que à época dois argumentos eram palcos de indagações: a complexidade da obra, muitos não acreditavam; e a perpetuação de Florianópolis como capital, sem a ponte muitos a queriam em Lages.

Hercílio Luz faleceu em 1924 e a ponte mudou de nome, justa homenagem, de Independência para Ponte Hercílio Luz.

Inaugurada em 1926, a obra contou com o aval de engenheiros do Club de Engenharia do Rio de Janeiro, através de encomendas da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, que atenderam ao desafio do secretário da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura, dr. Victor Konder.

Em profunda análise técnica, concluíram, 15 dias antes da inauguração, que a fantástica obra havia sido executada com perfeição e que requeria, a partir daquela data, contrato de conservação permanente para, face ao ambiente altamente corrosivo, merecer pintura permanente e inspeção visual, para virtual substituição de rebites e pinos de sustentação.

Passaram-se 34 anos e somente em 1960 foi assinado o primeiro contrato de conservação".

Vejam bem v.exas. o descaso. Já naquela época sabia-se da necessidade de um contrato de conservação, mas 34 anos depois é que se aperceberam dessa situação.

(Continua lendo)

"Preço caro estamos pagando hoje, pois sem a conservação e a manutenção restou apenas o processo de restauração e recuperação da Ponte Hercílio Luz, hoje ainda sob risco de colapso total!

Disse o desembargador Alcides Aguiar, em despacho de 2008, que a obra requeria urgência na

sua restauração, e agora, em 13 de maio, ela já completa 88 anos.

Para uma obra de cerca de R\$ 240 milhões e com o fluxo financeiro dos últimos anos na casa de R\$ 150 mil/mês, teríamos que esperar um período de 25 anos, quase três décadas, tempo demais para a sua original existência.

Felizmente, parece que a prioridade tem finalmente a sua vez. O governo do estado buscou junto ao BNDES o investimento que faltava: R\$ 150 milhões. Agora é juntar a competência técnica, distribuí-la nas diversas frentes de trabalho, aí compreendidas o consórcio coordenador, as empresas terceirizadas, os projetistas, os consultores locais e internacionais, os fiscalizadores da obra e do próprio governo, para que possam juntos assegurar, no menor prazo possível, a estabilidade física da ponte, com a requerida independência.

Vida longa à Ponte Hercílio Luz!

Histórico: Projeto, execução e interdição

1922/ 1926 - Construção do projeto em execução; 23 fev/1945 - Operário cruza a pé, sobre cabos, da ilha ao continente, lado norte; abr/1926 - Relatório Irmandade Senhor Jesus dos Passos; 7 nov/1925 - Lei n. 1524 autoriza a cobrança de pedágio".

Isso já naquela época. Dizem que pagavam o carroceiro, pagavam o carro, pagavam o casal, e quando havia um casamento também era mais caro. Mas quando morria alguém havia um desconto. Já havia prática do pedagiamento em 1924. Montaram uma ponte com guinchos a vapor naquela ocasião. E nos dias de hoje, com toda a modernidade, o que falta, realmente, é vontade política.

(Continua lendo)

"Meados jan/1926 - Ponte concluída sem os acessos (ruas); 13 maio/1926 - Inauguração; 1960 - Primeiro contrato de manutenção (34 anos depois), o que deveria já ter sido feito imediatamente; 1975 - Inaugurada a Ponte Colombo Salles; Dez/1981 - Avaliação técnica do IPT; 1982 - Primeira interdição, reaberta parcialmente seis anos depois, em 1988; Mar/1991 - Inaugurada a Ponte Pedro Ivo; 1991 - Interdição definitiva da Ponte

Hercílio Luz; Caminhos da recuperação - 1992; Comissão de Recuperação da Ponte Hercílio Luz - governo Vilson Kleinübing, saudoso governador de saudosa memória; 2002 - Projeto de recuperação e reabilitação da PHL - consórcio Engerop/Sondotécnica; Fev/2006 - Licitação da primeira etapa - recuperação das cabeceiras - Consórcio ROCA: R\$ 21 milhões; 06 de outubro de 2008 - decisão judicial* - Des. Alcides Aguiar; Dezembro de 2008 - licitação da 2ª etapa - vão central - Consórcio Florianópolis Monumento: R\$ 160 milhões; Julho de 2012 - prorrogação de prazo - aditivo até dezembro de 2014.

Aqui fala - (*) 'O projeto de referência é inédito, único no mundo, e exigirá cuidados especiais, ante o risco do colapso da PHL' "

E aí vem a questão dos percalços, os relatórios, e assim foi.

(Continua lendo)

"Fluxo financeiro

Ponte Hercílio Luz (SIGEF/SC): Consórcio Florianópolis Monumento.

Orçamento do Estado (2011/2012): R\$ 11,51 milhões - Média R\$ 479 mil/mês.

Recursos da Lei Rouanet: R\$ 60 milhões - captação 2%;

Recursos do BNDES: R\$ 150 milhões. Jul/dez 2013: R\$ 16.700 mil, Média R\$ 2.780 mil/mês;

Média do Período 2011/2013: R\$ 780 mil/mês.

Período 2014: R\$ 1,8 milhões."

Ponte de Laguna, para fazer o contraponto e referência, que aqui foi citado ontem pelos companheiros da bancada do Partido dos Trabalhadores.

(Continua lendo)

"Ponte de Laguna (DNIT) - Consórcio Camargo Correia - Obra: R\$ 600 milhões. Desembolso Jul 2013/jan 2014 - R\$ 179.915.010,78 (fonte DNIT); Média: R\$ 30 Mi/mês."

Evidente que as falácias são tantas, muitas vezes condenando a empresa, o consórcio, mas o que está faltando, realmente, é vontade política, é tomada de decisão, e está provado que existe recursos, os recursos estão disponíveis.

Aí, num determinado momento é porque o engenheiro ou técnico da empresa consultora não pactua com o relatório do técnico do Deinfra, por consequência não libera o relatório e fatalmente a empresa também não recebe. E não tem muscularidade, capilaridade, para poder arcar sozinho com recursos próprios.

A expectativa é de que nós chegássemos antes do final deste ano, 2014, com a ponte salva, ou seja, estabilizada para soltar os braços e olhais e, a partir daí, começar a fazer a recuperação e viabilizar o fluxo, que tem a capacidade de 40 mil veículos por dia.

Nós temos uma ponte que hoje exerce uma função de fluxo maior que a ponte Rio/Niterói, 220 mil carros/dia. Essa ajudaria com 40 mil. Amenizaria.

E mais, nós estamos falando não é de uma obra qualquer. Tem gente que fala que mais vale à pena derrubar e fazer uma nova, mas nós estamos falando de um monumento histórico, turístico, conhecido estadualmente, nacionalmente e internacionalmente, um ícone para a divulgação do símbolo de um estado tão promissor, como é o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, sr. deputado Valmir Comin.

Srs. deputados, não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queria fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.